

12 MAR 1992

GAZETA MERCANTIL

Governador quer revisão da lei

da dívida pública Estadual

por Edson Chaves Filho
de Porto Alegre

O governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, juntou-se ontem a seus colegas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais na defesa de uma revisão da Lei nº 8388/91, que trata da renegociação das dívidas de estados e municípios. O governador gaúcho pretende incluir o reescalo-

namento da dívida mobiliária em poder de tomadores finais, o que contraria o artigo 7º da lei de rolagem que vai ser votada pelo Senado.

Collares deseja que a União reconheça e inclua na renegociação os títulos estaduais usados, por exemplo, no pagamento de empreiteiras. "É uma reivindicação justa", sustenta

o governador contrariando posição já manifestada pelo diretor do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo Guimarães, e pelo próprio presidente do Banco Central (BC), Francisco André Gros.

Collares também lamentou a falta de solidariedade dos governadores do Paraná, Roberto Requião, e do Ceará, Ciro Gomes, que são contrários à aprovação da lei que permite a rolagem das dívidas contraídas pelos estados até 30 de setembro de 1991. "Não é porque têm suas finanças saneadas que devem negar seu apoio à grande maioria de estados que passam por situação difícil", contestou Collares. A dívida total do Rio Grande do Sul está ao redor dos Cr\$ 3 trilhões, informou ele pouco antes de fazer uma palestra a empresários na sede da Federação das Associações Comerciais (Federasul).

"Somente para pagar o serviço da dívida, o estado desembolsou, nos dias 3 e 4 deste mês, Cr\$ 1,7 bilhão", contou.

O governador anunciou que, para marcar o seu primeiro ano de administração, encaminhará, na próxima semana, um projeto prevendo ampla reforma

no sistema financeiro do estado. A proposta inclui uma sugestão do BC de incorporação do Banco de Desenvolvimento Econômico (Badesul) pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). Além disso, o projeto estabelece o fim da concorrência operacional do Banrisul e da Caixa Econômica Estadual (CEE).

Este processo, na verdade, já foi iniciado com o fechamento de 26 agências das duas instituições em cidades onde ambas estavam representadas e o movimento de clientes não justificava o investimento. A redução de custos também prevê a utilização de serviços comuns, como o de transporte de valores.

Politicamente, no entanto, o que mais tem causado polêmica é a criação de uma única diretoria para administrar as duas instituições. Com a unificação do poder decisório, conforme o governador, serão extintas entre seis e oito diretorias do Banrisul e da CEE. Também é certo que haverá redução de pessoal, mas Collares disse que ainda é cedo para revelar quantos funcionários serão dispensados e em quanto tempo.

SALDO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA ESTADUAL E MUNICIPAL

Posição em 13/02/92

Emissor	Título	Total	
		Quantidade	Cr\$ Mil
Bahia	LFTBA	33.054.900.443	260.997.980,1
Ceará	LFTCE	25.804.527.345	33.174.045,4
Espírito Santo	LFTES	2.754.368.234	45.892.647,7
Goiás	LFTGO	9.000.000.000	220.106.425,8
	OTG	314.923	2.653.604,2
Mato Grosso	LFTMT	2.800.000.000	59.886.993,0
Minas Gerais	LFTMG	188.494.102.065	2.229.758.739,4
	BTEMG	24.548.005.759	521.094.780,6
P. M. Rio de Janeiro	LFTM-Rio	19.317.705.163	309.304.609,8
P. M. São Paulo	LFTM-SP	49.498.579.289	568.723.165,0
	BTM/SP	2.988.088.116	63.429.882,5
Paraná	LFTPB	837.815.588	16.791.707,5
Paraná	LFTPR	4.436.287.971	127.305.594,4
Rio de Janeiro	LFTRJ	184.837.669.111	1.905.047.925,2
	BTRJ-E	11.736.558.090	249.138.373,5
Rio Grande do Sul	LFTRS	114.167.396.270	2.169.313.779,3
Rio Grande do Norte	LFTERN	647.661.921	47.483.248,1
Santa Catarina	LFTC	29.702.844.273	273.710.613,5
São Paulo	LFTP	422.266.168.702	4.902.889.141,5
	BTSP-E	17.529.722.859	372.113.611,9
Totais	LFT	1.117.620.026.375	13.170.336.615,7
	OTE	314.923	2.653.604,2
	BTE	56.802.374.824	1.205.777.012,5
Total Geral		1.174.422.716.122	14.378.767.232,4

Fonte: Banco Central